

## Menos pessoas com direito a prisão especial

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça reduz a lista de quem tem direito a prisão especial. Perdem o benefício – segundo a proposta, que vai ao exame do Plenário – pessoas com curso superior, padres, pastores, bispos evangélicos e pais-de-santo. O texto propõe ainda o uso de tornozeleira eletrônica para localizar detentos liberados em momentos especiais, os chamados “saidões”. Outra novidade do projeto é a possibilidade de o juiz decretar prisão preventiva quando o crime envolver violência doméstica e familiar. **4 e 5**

### Projeto que proíbe uso do DDT passa em comissão

Decisão precisa ser confirmada pelo Plenário. O produto é hoje proibido apenas por portaria ministerial. **7**

### Energia solar no programa de casas populares

A CCT aprovou ontem projeto que recomenda o uso de aquecedores solares em programa de construção civil. **4**

### Pauta da CCJ incluirá cotas em universidades públicas

Representantes de entidades estudantis ouviram de Demostenes Torres a garantia de que a CCJ votará

o projeto que reserva 50% das vagas em universidades públicas a estudantes de escolas também públicas. **8**



Romero Jucá (E) relata projeto que, aprovado com emendas, retorna ao exame da Câmara dos Deputados

## Senado aprova MP da Caixa com medidas anticrise

Projeto que integra providências para enfrentar crise financeira passa a incluir itens de renegociação das dívidas agrícolas

O Plenário aprovou ontem o projeto originário de medida provisória que autoriza a Caixa Econômica Federal a destinar ao financiamento da construção civil parte dos dividendos e juros que deveriam ser recolhidos aos cofres do Tesouro Nacio-

nal. O relator da matéria, Romero Jucá, incluiu no projeto artigos que também criam incentivos para os setores de produção de cacau, café, camarão e álcool. O Plenário acolheu ainda a recondução de Maria Cecília Martins à diretoria da Anvisa. **3**

Jane Araújo



Entre os presidentes do Senado, José Sarney (D), e da Câmara, Michel Temer, o príncipe Charles e Camilla deixam o edifício do Congresso Nacional

### A visita do príncipe que se preocupa com a natureza

O príncipe Charles, herdeiro do trono britânico, e sua mulher Camilla visitaram ontem o Congresso Nacional. Eles foram recebidos pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, além de um grupo de parlamentares. Com Temer e Sarney, Charles discutiu a questão ambiental, um dos temas que mais o interessam. Sarney destacou o esforço brasileiro em favor da preservação. **2**

Herdeiro do trono britânico e a duquesa Camilla Parker Bowles visitam o Congresso Nacional, onde são recebidos pelos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados e grupo de parlamentares

## Charles discute preservação ambiental com Sarney e Temer

O HERDEIRO DO trono britânico, príncipe Charles, e sua mulher Camilla Parker Bowles, duquesa de Cornuália, visitaram ontem o Congresso Nacional. Charles discutiu com os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e outros deputados e senadores, estratégias para a preservação do meio ambiente em nível mundial. A Inglaterra é uma das quatro nações constituintes do Reino Unido.

Em entrevista à imprensa, concedida logo após o final da reunião com o príncipe Charles, Sarney informou que o principal assunto discutido na reunião foi a preservação da natureza, e, sobretudo, no que se refere ao Brasil, a definição de uma forma de gratificação para o sequestro de carbono.

– Eu tive oportunidade de dizer ao príncipe que o Brasil é o país que mundialmente tem a melhor legislação ambiental; é o único país que tem a legislação ambiental em nível constitucional. Disse também que a preservação da natureza é uma grande preocupação nossa, e sempre foi, uma vez que nós temos um exemplo histórico – afirmou Sarney, referindo-se ao fato de que, enquanto todos os países do mundo se submetem às companhias colonizadoras que no século passado destruíram as flores-



Príncipe Charles (C) conversa com Sarney (D) e Temer: sequestro de carbono em foco

tas da Ásia e da África, o Brasil não permitiu sua entrada na Amazônia, o que contribuiu para a preservação da floresta.

Sarney disse ainda que, em sua avaliação, o príncipe está se juntando à causa mundial de defesa do meio ambiente, adotada por grandes idealistas, uma vez que a grande ideologia que substituiu o pensamento comunista foi a ideologia da preservação ambiental.

### Reino Unido

O Reino Unido é constituído pela Inglaterra, pelo País de Gales, pela Escócia (que em conjunto formam a

Grã-Bretanha) e pela Irlanda do Norte. A geografia do Reino Unido é variada, incluindo falésias junto da costa, terras altas e de baixas altitudes e muitas ilhas ao largo da Escócia.

### Diretor da ANP

O presidente do Senado também recebeu ontem o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Haroldo Lima. Um dos fundadores do PMDB da Bahia, Haroldo Lima pôde oficialmente filiar-se ao PCdoB em 1985, quando Sarney, então presidente da República e conduzindo a transição democrática, colocou os partidos comunistas na legalidade.

## Jefferson Praia registra visita do príncipe a Manaus



Senador elogia visão ambiental de Charles

Jefferson Praia (PDT-AM) registrou, em Plenário, a visita que o herdeiro do trono da Inglaterra, príncipe Charles, e sua mulher, Camilla Parker Bowles, duquesa da Cornuália, farão à capital do Amazonas, Manaus. O parlamentar disse que eles vão conhecer não só os problemas daquela região, mas também seu potencial para o desenvolvimento sustentável.

Jefferson Praia elogiou a motivação da visita do príncipe: alertar para os

perigos que as mudanças climáticas representam para o Brasil e o mundo e promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O senador salientou a importância da contribuição dos países desenvolvidos, que, em sua opinião, devem assumir metas de redução na emissão de CO2 e apoiar financeiramente os países em desenvolvimento para que também reduzam suas emissões de gases.

## Paraguaio expõe plano para o Parlasul

O ministro das Relações Exteriores do Paraguai, Alejandro Hamed, deverá expor aos integrantes do Parlamento do Mercosul (Parlasul), na terça-feira, o plano de trabalho para a presidência *pro tempore* paraguaia do bloco, durante o primeiro semestre deste ano. A XVI sessão ordinária do parlamento terá início um dia antes, na segunda-feira, em Montevidéu, Uruguai.

O Parlasul será presidido, até julho, pelo parlamentar paraguaio Ignacio Mendoza Unzain. Caberá a ele conduzir os debates de temas como a definição do critério de proporcionalidade entre as bancadas dos países membros. Isto é, a determinação do número de cadeiras que serão reservadas a cada país.

A Representação Brasileira tem insistido na necessidade de se encontrar uma solução para o tema até o final do primeiro semestre. Dessa forma, haveria tempo para a elaboração das regras para a realização das primeiras eleições, no Brasil, destinadas à escolha de parlamentares do Mercosul. As eleições estão previstas para 2010.

Tuma condena videogame que simula estupro



## Tuma critica violência em jogo de computador

Romeu Tuma (PTB-SP) disse considerar “inadmissível” a circulação do jogo de computador RapeLay, no qual ganha pontos o jogador que “estuprar virtualmente” mais mulheres em um metrô. Matéria sobre o jogo foi publicada pela revista *Época*.

O “simulador de estupro”, produzido pela empresa japonesa Ilusion, já foi retirado dos catálogos do site de vendas Amazon e do de leilões eBay, que o comercializavam. Tuma, entretanto, lamenta que cópias piratas possam ser baixadas na internet.

– Não se pode admitir que crimes sexuais sejam banalizados em jogos que podem chegar às mãos de crianças e adolescentes e mesmo alimentar a fixação doentia de muitos adultos.

## Prefeitos reivindicam solução para dívidas

A Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que reuniu ontem cerca de 600 prefeitos no Encontro Municipalista sobre Previdência, no auditório Petrônio Portela do Senado, entregou ao presidente da Casa, José Sarney, o documento “O Impacto da Previdência nas Finanças Municipais”.

No manifesto, os prefeitos solicitam que o Congresso e a Secretaria das Relações Institucionais, da Presidência da República, atuem no sentido de promover um encontro de contas entre os municípios e o Regime Geral de Previdência Social. Pela manhã, Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, afirmou que o INSS deve mais de R\$ 25,4 bilhões aos municípios. Em relação aos débitos, Ziulkoski disse que a Secretaria do Tesouro Nacional estima em R\$ 22 bilhões a dívida dos municípios com o órgão previdenciário.

Os prefeitos sugerem que seja estabelecido um regimento específico para o regime, a ser determinado por Comitê Gestor de Revisão da Dívida, no qual teriam participação paritária os órgãos de governo e a CNM.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

É deliberativa a sessão marcada para as 14h. A pauta está trancada pelo projeto de lei de conversão (PLV 1/09) oriundo da MP 447/08, sobre prazo de pagamento de impostos.

### Agenda de Sarney começa às 10h

O presidente do Senado, José Sarney, participa às 10h, no Conselho Superior do Ministério Público Federal, da abertura do Seminário “Direito e Democracia: a nova separação dos Poderes”, organizado pela Associação Nacional dos Procuradores da República. Às 12h, Sarney recebe o secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Rogério Favreto. E, às 16h, preside a ordem do dia.

### Regras de funcionamento da CI

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) realiza reunião, a partir das 8h30, dividida em duas partes. Na primeira, será feita a leitura de comunicado sobre os procedimentos a serem utilizados na condução dos trabalhos ao longo do biênio 2009-2010.

Na segunda parte, pode ser votado o projeto que inclui a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções a quem comercializar combustível adulterado. Outra proposta da pauta altera o Plano Nacional de Viação para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho compreendido entre Ibiraiaras e Nova Araçá, no Rio Grande do Sul.

### Tarso Genro explica caso Battisti

O ministro da Justiça, Tarso Genro, será ouvido às 10h sobre a posição do governo brasileiro a respeito do refúgio concedido a Cesare Battisti. A audiência é uma iniciativa das comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

### Estímulo ao setor de turismo

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) se reúne às 10h. A primeira parte do encontro servirá para organizar os trabalhos do colegiado no biênio 2009/2010. Na segunda parte, será examinado projeto de lei que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados a aquisição de veículos destinados ao turismo.

### Leilão de energia eólica

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realiza, às 11h, audiência sobre proposta de diretrizes para leilão de contratação de energia de reserva produzida por fonte eólica. Foram convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente; o diretor-geral interino da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Edvaldo de Santana; o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim; o conselheiro da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeólica), Sérgio Marques; e o professor Titular de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília (UnB) Ivan Marques de Toledo Camargo.

### Spread bancário, taxa Selic e crise

A Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade discute, às 14h, o *spread* bancário e a taxa Selic. Participarão o ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega, o professor da PUC-RJ José Márcio Camargo e o secretário de Política Econômica Marcos Lisboa.

## Senado debate o agravamento da crise

A queda da taxa básica de juros (Selic) para 11,25%, decidida ontem pelo Comitê de Política Monetária (Copom), foi considerada "tímida" por Flávio Arns. Ele foi um dos oito senadores que se manifestaram ontem em Plenário sobre o agravamento da crise econômica.

As dificuldades enfrentadas pelo país foram analisadas também por Marisa Serrano, Valter Pereira, João Tenório, Renan Calheiros, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Valadares e Rosalba Ciarlini. Em entrevista, Francisco Dornelles disse que comissão especial vai analisar os juros.

FRANCISCO DORNELLES

A ANÁLISE DAS taxas de juro e dos investimentos em infraestrutura é a prioridade da Comissão de Acompanhamento da Crise Financeira e da Empregabilidade, de acordo com seu presidente, Francisco Dornelles (PP-RJ), em entrevista concedida ontem à TV Senado. O senador observou que, com a recessão, não há motivo para manter tão alta a taxa básica de juros.



Gerardo Magela

MARISA SERRANO

MARISA SERRANO (PSDB-MS) criticou, em Plenário, a lentidão com que o governo brasileiro vem agindo em face da crise econômica que abala o mundo. Lembrando que fez alertas sobre os acontecimentos internacionais ainda em dezembro do ano passado, a senadora lamentou que o governo não esteja transformando a crise em oportunidade.



Gerardo Magela

VALTER PEREIRA

UMA APOSTA DO governo no agronegócio pode resultar em "gratas surpresas" neste momento de crise, segundo observou, no Plenário, o presidente da Comissão de Agricultura, Valter Pereira (PMDB-MS). O senador disse que o setor responde por 40% das exportações e detém 34% do PIB nacional, sendo fonte de 37% dos empregos oferecidos no país.



Gerardo Magela

JOÃO TENÓRIO

JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) considerou "irreal" a previsão feita pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, de crescimento econômico da ordem de 4% em 2009. Para ele, o país enfrenta a "pior crise econômica dos últimos tempos", como indicam a queda de 3,6% no PIB [produto interno bruto] e a redução do consumo das famílias.



Gerardo Magela

RENAN CALHEIROS

EM BUSCA DE SAÍDAS para a crise econômica, "que começa a preocupar", a bancada do PMDB no Senado reuniu-se ontem com os ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, e de Minas e Energia, Edison Lobão. A informação foi transmitida ao Plenário pelo líder do partido, Renan Calheiros (AL).



Gerardo Magela

EDUARDO SUPLYCY

A APROVAÇÃO DE requerimento para realização de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a fim de discutir a crise na Embraer, foi comemorada por Eduardo Suplicy (PT-SP). Em fevereiro, mais de 4 mil funcionários foram demitidos pela fabricante brasileira de aeronaves, mas a Justiça decidiu suspender temporariamente as demissões.



Gerardo Magela

ANTÔNIO CARLOS VALADARES

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) defendeu, em Plenário, a adoção, pelo governo, de medidas de emergência para enfrentar a crise financeira internacional. O senador propôs que seja dada prioridade total a providências que promovam a geração de empregos, frentes de trabalho, garantia de escola e assistência sanitária para a população.



Gerardo Magela

FLÁVIO ARNS

A REDUÇÃO DE 1,5 ponto percentual na taxa básica de juros, a Selic, foi considerada tímida por Flávio Arns (PT-PR). Pouco antes, o Comitê de Política Monetária (Copom) havia fixado a Selic em 11,25% ao ano. Para o senador, a queda da taxa de juros deveria ter sido de, pelo menos, quatro ou cinco pontos percentuais.



Morieim Mariz

ROSALBA CIARLINI

A FALTA DE recursos enfrentada pelos prefeitos de todo o país preocupa Rosalba Ciarlini (DEM-RN). A senadora disse que, com a queda no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ficou difícil honrar compromissos com a educação e a saúde. Segundo ela, o problema é decorrente da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos.



Gerardo Magela

Por ter sido aprovado com emendas, projeto de lei de conversão retorna ao exame da Câmara dos Deputados

## Senadores incluem novos incentivos em MP anticrise

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 31/08, originário da Medida Provisória (MP) 445/08, que autoriza a Caixa Econômica Federal a destinar ao financiamento do setor da construção civil parte dos dividendos e juros que deveriam ser recolhidos ao Tesouro Nacional. A medida faz parte das primeiras providências adotadas pelo governo no intuito de enfrentar os efeitos da crise financeira internacional. O relator da matéria, senador Romero Jucá (PMDB-RR), incluiu no projeto outros dispositivos que criam também incentivos para os setores de produção de cacau, café, camarão e álcool.

dos Deputados e inserem itens de renegociação das dívidas agrícolas que, segundo o relator, não haviam sido incluídos no acordo firmado em 2008.

– As emendas mais importantes referem-se à ampliação de procedimentos da renegociação das dívidas agrícolas. Nós incluímos setores que não haviam sido atendidos no ano passado, principalmente o setor do café, do cacau e do camarão. Também construímos uma sistemática que vai possibilitar a melhoria na estocagem do álcool. As safras que estão sendo colhidas agora, principalmente no Sudeste, terão mecanismos de financiamento para que o álcool possa ficar no país – frisou.

O projeto também concede subvenção econômica, sob forma de equalização de taxas de juros, nas operações realizadas pelo BNDES destinadas ao financiamento de estocagem de álcool etílico combustível utilizado pelas usinas. O mesmo benefício é concedido ao financiamento de capital de giro para o agronegócio.

Por ter sido modificado pelos senadores, o projeto de conversão retornará ao exame da Câmara dos Deputados.

**Emendas de Romero Jucá beneficiam setores como os do café, cacau, camarão e álcool**

A medida provisória autoriza a União a dispensar a Caixa de recolher aos cofres do Tesouro parte dos dividendos e juros sobre o capital próprio, que deveriam ser destinados à União no período de 2008 a 2010. Esses recursos que teriam de ser recolhidos ao Tesouro serão dirigidos à cobertura de 35% do risco de crédito de novas operações de empréstimos de capital de giro para o setor habitacional.

As mudanças introduzidas por Romero Jucá corrigem algumas alterações feitas pela Câmara

## Plenário aprova recondução de Maria Cecília à diretoria da Anvisa

O Senado aprovou a recondução de Maria Cecília Martins Brito para o cargo de diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Sua indicação recebeu em Plenário 56 votos favoráveis e 8 contrários.

ações da agência para estados e municípios.

Por sua vez, Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que a indicada tem ajudado não apenas na vigilância e preservação dos interesses da saúde pública, mas também no fortalecimento dos medicamentos genéricos.

### Equilíbrio

Renan Calheiros (PMDB-AL) destacou que a indicação recebeu apoio de todos os partidos políticos. Para Adelmir Santana (DEM-DF), Maria Cecília tem desempenhado suas atribuições com equilíbrio e, por esse motivo, mereceu a recondução.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) declarou que o estado de Goiás sentiu-se honrado com a recondução de Maria Cecília.

Os senadores José Agripino (DEM-RN), João Pedro (PT-AM), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Romeu Tuma (PTB-SP) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) também elogiaram a atuação da diretora.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) fez um apelo à diretora reconduzida e aos demais senadores no sentido de que seja implantada em todo o país a venda de medicamentos a granel.

Ontem pela manhã, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) já havia acolhido a recondução com o voto favorável dos 21 senadores presentes.

Apesar de o Regimento Interno estipular votação secreta para pareceres sobre escolha de autoridades, vários senadores pediram a palavra para ressaltar qualidades da indicada. O primeiro a se pronunciar foi Marconi Perillo (PSDB-GO):

– Tive o privilégio de tê-la como superintendente de Vigilância Sanitária durante os quase oito anos que governei Goiás e pude constatar suas altíssimas qualidades morais e técnicas – atestou.

Flávio Arns (PT-PR), relator da matéria na CAS, destacou que Maria Cecília desenvolveu na Anvisa um importante trabalho de acompanhamento da qualidade dos medicamentos e também no projeto de descentralização das

## Comissão sugere energia solar no programa de casas populares

As casas populares a serem erigidas pelo governo federal até o final do próximo ano, dentro do programa de construção de 1 milhão de novas moradias anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, poderão ser equipadas com aquecedores solares de água. A recomendação foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).



Crivella: há 55 milhões de equipamentos com aquecedores solares de água. A recomendação foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Primeiro senador a tratar do tema durante a reunião, Marcelo Crivella (PRB-RJ) levou para a comissão um protótipo de aquecedor solar desenvolvido pela Universidade de São Paulo (USP), composto por peças plásticas e uma placa de PVC. Em defesa da utilização do equipamento, ele recordou que existem hoje em funcionamento no país 55 milhões de chuveiros elétricos, que demandam grande quantidade de energia justamente no começo da noite, quando muitos brasileiros retornam do trabalho.

### Redução de custo

Em pronunciamento feito à tarde no Plenário, Renato Casagrande reiterou seu pedido para que o governo federal utilize aquecimento de água por meio de energia solar nas casas a serem construídas pelo Programa de Habitação Popular. Enfatizou que a medida, se adotada, irá baratear o custo de instalação de placas solares.

O parlamentar do Espírito Santo cobrou também do Executivo a redução do IPI dos materiais de construção, assim como do ICMS pelos governos estaduais e do ISS pelas prefeituras.



Senadores da CCT aprovaram ontem requerimentos e projetos de lei

## Ministros apresentarão planos sobre comunicação e tecnologia

Os ministros da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, e das Comunicações, Hélio Costa, serão ouvidos pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Eles apresentarão seus planos de trabalho para o biênio 2009-2010 ao colegiado, segundo requerimento do presidente da CCT, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), aprovado ontem.

Rezende participará de audiência na próxima quarta-feira, anunciou Flexa Ribeiro. E Hélio Costa apresentará seus

planos no dia 25. O presidente da comissão ressaltou a importância de se estimular o desenvolvimento tecnológico do país na atual conjuntura internacional, marcada pela recessão e pelo desemprego. A CCT também criou grupo de trabalho que analisará os motivos que tornam os serviços de telefonia móvel no Brasil os mais caros do mundo, segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT). O grupo será coordenado pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES).

próxima reunião da CMA.

– Precisamos avançar no fornecimento de energia renovável alternativa – defendeu Casagrande, após recordar que já havia apresentado a sugestão ao presidente Lula, na última reunião do Conselho Político do

governo.

O presidente da CCT, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apoiou a iniciativa, argumentando que a massificação do uso de equipamentos de energia solar poderia inclusive contribuir para torná-los mais baratos. Cícero Lucena (PSDB-PB) e Papaléo Paes (PSDB-AP) também defenderam a utilização de energia solar, mas manifestaram dúvidas a respeito da capacidade do governo federal de construir 1 milhão de casas até 2010.

Conforme projeto aprovado ontem, benefício será restrito, entre outros, a ministros de Estado, governadores, senadores, deputados, prefeitos, vereadores, magistrados, delegados e membros das Forças Armadas. Proposta será ainda examinada pelo Plenário

# CCJ reduz lista de pessoas com direito a prisão especial

PODEM PERDER O direito a prisão especial pessoas com curso superior, padres, pastores, bispos evangélicos e pais-de-santo, além de cidadãos com títulos recebidos pela prestação de relevantes serviços. Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reduz a lista dos que podem usufruir do benefício. A matéria ainda vai a Plenário.

A proposta (PLC 111/08) foi votada em regime de urgência, na forma de substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO). Seus dispositivos sistematizam e atualizam o Código de Processo Penal (CPP) no que se refere à prisão, às medidas cautelares e à liberdade provisória.

De acordo com o texto, poderão ter direito a prisão especial ministros de Estado; governadores, senadores, deputados federais e estaduais; prefeitos e vereadores; membros das Forças Armadas; magistrados, delegados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; membros dos tribunais de contas; e cidadãos que já tiverem exercido a função de jurado.

Para Demostenes, o projeto traz uma série de medidas que modernizam o Código de Processo Penal, em vigor desde 1941, ajudando a reduzir a população carcerária do país, hoje na casa das 450 mil pessoas.

### Tornozeleira

O texto propõe ainda o monitoramento eletrônico, com pulseira ou tornozeleira, para registrar o exato local onde se encontram detentos liberados em momentos especiais, os chamados “saidões” do Dia das Mães e de fim de ano. Outra medida amplia os valores de fiança, especialmente para quem cometer crime de colarinho branco (desfalca a bancos, por exemplo). Nesse caso, o juiz poderá fixar fiança de até R\$ 93 milhões. A proposta determina que a fiança somente será concedida nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a quatro anos.

Conforme o substitutivo de Demostenes Torres, a prisão terá de ser comunicada ao



Presidente da Comissão de Justiça, Demostenes Torres (à esquerda, ao lado de Wellington Salgado) sugere medidas para acelerar o exame das matérias – 1.920 – que estão na pauta do colegiado

Ministério Público. O texto também eleva para 80 anos a idade em que pessoa submetida a prisão preventiva poderá, por decisão do juiz, contar com a possibilidade da substituição da medida pela prisão domiciliar (atualmente a idade é de 70 anos). A proposta estabelece que a prisão preventiva terá duração máxima de 180 dias em cada grau de jurisdição.

### Mulher

Outra novidade permite ao juiz decretar prisão preventiva quando o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, a criança, o idoso, o adolescente, o enfermo ou pessoa com deficiência. Mais: havendo urgência, o juiz poderá requisitar a prisão por e-mail, fax ou telefone.

A proposta estabelece ainda que a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outro tipo de medida cautelar. O juiz ou o tribunal que decretou ou manteve a cautelar – como a prisão preventiva – reexaminará a decisão, obrigatoriamente, a cada 60 dias.

Para Renato Casagrande (PSB-ES), as mudanças combaterão a impunidade. Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que as alterações valorizam as penas alternativas e a fiança, além da restringir a prisão temporária.

O projeto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, teve sua origem na proposta elaborada, em 2000, por uma comissão de juristas criada pelo Poder Executivo.

## Colegiado para o combate ao dumping

A criação do Conselho de Defesa Comercial, órgão federal deliberativo com atribuição de estabelecer diretrizes e procedimentos para investigação de práticas desleais de comércio exterior, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, em turno suplementar e decisão terminativa.

O texto acolhido é o substitutivo da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a projeto de lei (PLS 715/07) do senador Francisco Dornelles (PP-RJ). O substitutivo da CRE foi depois ratificado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na CCJ, a matéria teve como relator Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O conselho será vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e terá poderes para fixar direitos contra a prática de *dumping* (venda de produtos a preços mais baixos que os custos, com a finalidade de eliminar a concorrência e conquistar fatias maiores de mercado) e compensatórios (provisórios ou definitivos), bem como salvaguardas.

Outros objetivos do conselho são decidir sobre a suspensão da exigibilidade dos direitos provisórios e o de homologar o compromisso previsto no artigo 4º da Lei 9.019/95, que dispõe sobre a aplicação dos direitos previstos em acordos antidumping e de subsídios, e direitos compensatórios. De acordo com esse dispositivo da lei, poderá ser celebrado com o exportador ou o governo do país exportador compromisso que elimine os efeitos prejudiciais decorrentes da prática de *dumping* ou de subsídios.

O Conselho de Defesa Comercial deverá ser composto por sete pessoas, sendo um presidente e seis conselheiros.

## Internet deverá divulgar dados sobre licitações

A divulgação obrigatória na internet dos dados de todas as etapas das licitações realizadas pela administração pública é o que determina projeto aprovado ontem em caráter terminativo pela Comissão de Constituição e Justiça. O autor da proposta, Augusto Botelho (PT-RR), afirma que a medida dará maior transparência aos procedimentos administrativos.

Com o argumento de que nem todas as prefeituras têm acesso aos recursos tecnológicos, o relator do projeto (PLS 359/04), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), apresentou emenda prevendo que as prefeituras que não têm páginas na internet terão de divulgar os dados sobre licitação, mas ficarão desobrigadas de fazê-lo na rede mundial de computadores.

Proposta semelhante (PLC 88/08), acolhida ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), e que será submetida ainda à CCJ, estabelece que todas as informações referentes a licitação deverão ser divulgadas por meio da internet.

A CCT também aprovou projeto de lei (PLS 74/08) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) que regulamenta a atuação de leiloeiros em pregões realizados via internet. A proposta, que teve como relator o senador Renato Casagrande (PSB-ES), será ainda examinada em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Em votação terminativa, a CCT aprovou ainda 30 projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão em diversos estados do país.



Funcionários públicos celebram o voto favorável da CCJ a projeto de Lobão Filho

## Aprovada a reabertura de prazo para servidor pedir reintegração

O projeto de lei que permite a reabertura de prazo para que servidores e empregados públicos federais demitidos durante o governo Fernando Collor solicitem o retorno ao emprego foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O texto também prevê que os empregados que já haviam solicitado a reintegração, mas tiveram os pedidos negados, anulados ou arquivados, poderão solicitar a reconsideração de seus pedidos. Todos os requerimentos devem ser feitos com base na Lei 8.878, de 11 de maio de 1994.

A proposta (PLS 372/08) foi aprovada em decisão terminativa e será enviada diretamente à Câmara dos Deputados.

Segundo o autor do projeto, senador Lobão Filho (PMDB-MA), o prazo determinado anteriormente pela Lei 8.878 era curto (60 dias) e dificultou a apresentação dos requerimentos de retorno.

A proposição, no entanto, sofreu alterações importantes na CCJ. A relatora, Ideli Salvatti (PT-SC), transformou o texto em projeto autorizativo. Ou seja, em vez de obrigar o governo federal a reabrir o prazo, apenas o autoriza a tomar a medida. Dessa forma, a decisão final cabe ao Executivo.

Outra mudança diz respeito ao prazo. A proposta original permitia que as solicitações de retorno pudessem ser feitas a qualquer momento, sem limite de tempo. Ideli fixou um período de 365 dias para que os requerimentos sejam apresentados.

A relatora também incluiu um prazo de 180 dias para que as comissões encarregadas de analisar as solicitações concluem seus trabalhos.

Ao comentar as mudanças, Lobão Filho declarou que “Ideli e sua equipe conseguiram melhorar substancialmente o texto”.

## Ideli comemora decisão em favor de demitidos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) saudou em pronunciamento a aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto que reabre o prazo para que servidores públicos demitidos no governo Fernando Collor possam requerer a reintegração.

Ideli disse que teve a oportunidade de realizar uma “arumação e limpeza” ao relatar a proposta (PLS 372/08). Segundo afirmou, 108 mil funcionários foram demitidos entre 1990 e 1992, “quando imperava a história do Estado mínimo”.

– Em 1994 foi aprovada uma lei de anistia, que não foi cumprida – afirmou a senadora, acrescentando

que, se o projeto for aprovado na Câmara, “alguns milhares de funcionários” poderão ser reintegrados.

### Economia

Ideli Salvatti também comentou manchete do jornal *Gazeta Mercantil*, que destacou o crescimento de 5,1% do produto interno bruto (PIB) em 2008. A senadora lembrou que os demais jornais ressaltaram a queda do PIB no quarto trimestre. E frisou que o crescimento foi o segundo maior da história do país, tendo sido superado apenas pelo índice de 5,7% registrado em 2004 e 2007.

O jornal, acrescentou Ideli, registra que o Brasil ficou atrás somente da China no *ranking* mundial de expansão da economia, em 2008, e que o país será menos industrial e mais sustentado pelos serviços em 2009.

– Essa é uma manchete realista, que coloca pingos nos “is” – observou.

## Defensores em inventários extrajudiciais

Proposta que prevê a participação do defensor público na realização de escritura pública de inventários e partilhas, além de separações e divórcios, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto (PLC 110/08), de iniciativa da Câmara, depende ainda de votação em Plenário.

No relatório sobre a matéria, o senador Demostenes Torres observa que a Lei 11.441/07 não citou a possível participação de defensores públicos nesses processos, mas somente de advogados particulares. Por isso, diz ele, a lei “não deixa claro se as partes podem ou não ser representadas pela Defensoria Pública”. Demostenes ressaltou que os defensores públicos, ao oferecerem serviços gratuitos, permitem que as pessoas mais pobres também sejam atendidas nesses casos.

## Monitoramento de preso: CCJ adia a decisão

A Comissão de Justiça adiou para a próxima semana a votação de proposta que prevê a utilização de equipamento de monitoramento eletrônico por condenados que cumprem pena em regime aberto, semiaberto ou gozem do direito de livramento condicional. O adiamento foi solicitado por Eduardo Suplicy (PT-SP).

De autoria do senador Magno Malta (PR-ES), o projeto de lei (PLS 175/07) foi aprovado pela Câmara dos Deputados em forma de substitutivo e, portanto, retornou ao Senado. Demostenes Torres (DEM-GO) relatou a proposta.

O monitoramento eletrônico será feito por dispositivo que indique, a distância, o horário e a localização do usuário, além de outras informações úteis à fiscalização judicial.

## Demostenes quer agilizar as votações

Ao informar que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania possui 1.920 proposições pendentes de apreciação, Demostenes Torres sugeriu soluções para acelerar as votações e reduzir gastos com audiências públicas desnecessárias ou que deixam de se realizar por falta de quórum. Para isso, o presidente da CCJ propôs que somente os projetos mais polêmicos sejam analisados nas reuniões de quarta-feira, e que os consensuais passem a ser examinados em reuniões às terças ou quintas.

– O número de projetos que chega à CCJ é crescente e, em se mantendo o ritmo atual, ao final dos dois anos dessa gestão conseguiremos votar apenas algo em torno de 500 matérias – alertou.

Demostenes comprometeu-se, caso sua proposta seja aceita, a encaminhar aos senadores da comissão, toda terça-feira, a pauta da semana e a distribuição dos projetos por dia de votação.

– E se alguém discordar terá total liberdade para solicitar alteração da pauta – garantiu o senador.

## Caso Sean e cotas terão audiência pública

Os senadores da CCJ querem saber por que o governo Lula se envolveu na questão do garoto Sean, cujo pai americano luta por sua guarda junto à Justiça brasileira e à do seu país. Para tanto, a comissão aprovou requerimento de Francisco Dornelles (PP-RJ), Romeu Tuma (PTB-SP) e outros convidando o ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a comparecer a audiência pública para debater o assunto.

Outro requerimento aprovado, de Tasso Jereissati (PSDB-CE), pede a realização de audiência pública com especialistas para discutir sistemas de cotas nas universidades públicas brasileiras. O tema é objeto do PLC 180/08 e, segundo o senador cearense, tem gerado muita polêmica na sociedade. Para ele, ainda que seja “inquestionável” a defasagem nos níveis educacionais da etnia negra, há quem discorde de que a política de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas seja a melhor forma de resgate dessa dívida social.

## Denúncia de autor de foto com pedofilia

Projeto de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que pune com até dois anos de prisão o funcionário ou responsável por laboratório fotográfico que, ao tomar conhecimento de fotos pornográficas envolvendo criança ou adolescente, não denunciar o autor, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. A matéria, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, será encaminhada ainda à CPI da Pedofilia, pois Renato Casagrande (PSB-ES) anunciou sua intenção de apresentar recurso nesse sentido em Plenário.

– Não que eu não seja favorável ao projeto. Temo ser essa lei, se aprovada, mais uma que não será cumprida, ou será inócua, pois não acredito que o pedófilo seja alguém que utilize os laboratórios comerciais para revelar esse tipo de foto. Por isso, acho que a CPI da Pedofilia deveria também examinar essa matéria para pensar em como torná-la eficaz.

A proposta (PLS 213/05) foi relatada na Comissão de Justiça pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

## Na próxima semana, proteção a testemunha

Pedido de vista da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) adiou para a próxima semana a votação, na CCJ, de proposta que assegura à vítima e à testemunha de delito novas formas de proteção, entre as quais o direito de não depor na presença do acusado ou de familiares ou amigos dele. Também teriam o direito de depor com capuz ou usar microfone com modificador de voz.

O objetivo do projeto (PLS 173/01), segundo o autor, Alvaro Dias (PSDB-PR), é cercar as vítimas e as testemunhas de garantias especiais para, “segura e tranquilamente”, prestarem colaboração.

A matéria altera a Lei 9.807/99, que estabelece normas para a organização e manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas. O projeto já havia sido aprovado na CCJ em novembro de 2006, mas, por não ter sido examinado em Plenário antes do término da última legislatura, retornou para nova avaliação do colegiado. O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), apresentou parecer favorável.

Projeto aprovado pela Comissão de Direitos Humanos prorroga benefício fiscal, que terminaria este ano, na compra de veículos. Outra proposta acolhida permite a dedução, no Imposto de Renda, de gastos de aposentados com remédios

## Pessoas com deficiência e taxistas podem ter isenção de IPI até 2014

A ISENÇÃO DO Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de veículos para uso de pessoas com deficiência ou taxistas, que acaba no fim deste ano, pode ser prorrogada até 31 de dezembro de 2014, de acordo com projeto aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposição também será examinada

pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo.

O autor do projeto (PLS 449/08), senador Francisco Dornelles (PP-RJ), destaca o alcance social do benefício e afirma que a prorrogação não afetará as metas de resultados fiscais. O relator, senador Flávio Arns (PT-PR), apresentou voto pela aprovação da matéria.

### Aposentados

Na mesma reunião, a CDH também acompanhou outro voto favorável de Flávio Arns, ao PLS 375/08, do senador Paulo Paim (PT-RS). De acordo com a proposta, aposentados e pensionistas que recebem menos de seis salários mínimos poderão deduzir gastos com medicamentos da declaração anual do Imposto de Renda.

Segundo Paim, a legislação em vigor autoriza apenas a dedução de despesas com medicamentos usados por aposentados durante internações hospitalares. No entanto, o parlamentar lembra que o tratamento de pacientes em suas residências tem sido cada vez mais adotado, sendo inclusive incentivado por planos de saúde. O projeto segue para decisão terminativa na CAE.

## Hotel deverá ficar sem alvará se não combater prostituição infantil

Hotéis, motéis, pensões e similares que hospedarem reiteradamente crianças e adolescentes desacompanhados ou sem autorização dos pais poderão perder o alvará definitivamente, de acordo com modificação acrescentada na Câmara a projeto da CPI Mista da Exploração Sexual já aprovado no Senado.

O substitutivo ao PLS 255/04 foi acolhido ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e será votado em Plenário. O projeto é de extrema necessidade para combater a pedofilia e a prostituição infanto-juvenil, e promover uma rede de proteção à criança, explicou Fátima Cleide (PT-RO), relatora da proposta.

Também foi aprovado na CDH projeto (PLC 156/08) relatado por Leomar Quintanilha (PMDB-TO) que garante aos proprietários com 60 anos ou mais prioridade ao adquirirem unidades térreas em programas habitacionais de natureza pública.

Foram acatados três requerimentos de audiências: a primeira, proposta por José Nery (PSOL-PA), é sobre a existência de milícias em comunidades do Rio de Janeiro; a segunda, requerida por Paulo Paim (PT-RS), é a respeito da criação de aposentadoria especial para oficiais de Justiça; e a terceira, sugerida por Fátima Cleide, vai avaliar a Conferência Mundial contra Racismo, Xenofobia e a Intolerância (Durban/2001).

## Comissão ouve hoje Tarso Genro sobre caso Battisti

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) deve ouvir hoje, em audiência pública, o ministro da Justiça, Tarso Genro, convidado a esclarecer a posição do governo brasileiro sobre o refúgio concedido a Cesare Battisti. A audiência será promovida em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), às 10h. Os senadores também apoiaram a realização de visita de Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da CDH, e de José Nery (PSOL-PA) ao italiano, que está preso em Brasília.

– Queremos ouvir a versão de Battisti – afirmou Cristovam Buarque.

O governo da Itália pede a extradição de Battisti, que foi condenado pela justiça daquele país à prisão perpétua, acusado de assassinatos praticados entre 1977 e 1979, quando ele integrava o grupo Proletários Armados pelo Comunismo.

Preso no Brasil desde 2007, o ativista recebeu do governo brasileiro *status* de refugiado político no dia 13 de janeiro último, mas o caso foi enviado para decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).



Presidente de CPI diz que trabalho apura rede de pedofilia em Catanduva

## Magno Malta relata operação contra pedofilia em SP

O presidente da CPI da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), informou que o Ministério Público de São Paulo e a polícia realizam uma operação naquele estado para prender integrantes de uma rede de pedofilia. Segundo o senador, foi autorizada busca e apreensão de material em dezenas de endereços, e um acusado de aliciar crianças já está preso.

Conforme Malta, o centro de operações fica em Catanduva e abrange ainda as cidades de São Paulo, São José do Rio Preto e Bauru. Romeu Tuma (PTB-SP), vice-presidente da CPI, já está em Catanduva. Malta disse que deve ir à cidade na terça-feira.



Senador afirma que a crise na segurança pública provoca migração

## Mário Couto: violência massacra população do Pará

O senador Mário Couto (PSDB-PA) alertou em pronunciamento, no Plenário, para o crescimento da violência no Pará, que, segundo ele, está provocando migração para outros estados.

– Os jornais estão mostrando com detalhes o massacre que está atingindo a população paraense. Se na área da segurança o clima é de insegurança, na economia o estado desaba. Os empresários estão fugindo, não querem mais investir no Pará – disse Mário Couto.

O senador recomendou aos paraenses que tenham fé e “confiem em Deus” para manter o otimismo diante do quadro.

## Senadores repudiam prisão de mulheres camponesas

Na reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, senadores repudiaram a prisão, no Rio Grande do Sul, de 700 mulheres camponesas que participavam de manifestação no interior do estado. Eles ouviram o relato de Rosângela Cordeiro, coordenadora da Via Campesina Brasil. Segundo ela, as mulheres foram detidas após participarem de manifestação em frente a uma fazenda do grupo Votorantim Celulose e Papel contra a política de apoio à expansão do cultivo de eucalipto no país.

O senador Paulo Paim (PT-RS) anunciou sua intenção de propor a realização de audiência pública sobre as tentativas de criminalização dos movimentos



A Comissão de Direitos Humanos ouviu relato de representante da Via Campesina sobre prisão de 700 mulheres no RS

sociais. José Nery (PSOL-PA) disse que “há uma orquestração em curso” nesse sentido.

O presidente da CDH, Cristo-

vam Buarque (PDT-DF), criticou o fechamento de escolas do MST. A senadora Fátima Cleide (PT-RO) elogiou o trabalho feito

nessas escolas. Serys Slhessarenko (PT-MT) também se solidarizou com as mulheres da Via Campesina.

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Heráclito Fortes • Serys Slhessarenko • Marconi Perillo • Augusto Botelho • Jefferson Praia • Cristovam Buarque • Jayme Campos

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira  
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli  
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade e Juliana Steck  
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes  
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino  
Arte: Cirilo Quartim e Oscar  
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332  
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137  
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.  
CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

## Pagamento de hora extra será moralizado, afirma José Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, garantiu ontem à imprensa que tomará, em seu mandato, todas as medidas necessárias para moralizar o pagamento de horas extras a servidores da Casa e outras práticas irregulares que forem detectadas. Sarney fez a afirmação ao responder a jornalistas perguntas sobre denúncia do jornal *Folha de S.Paulo* relativa ao pagamento do benefício durante o recesso.

– Quem estiver apostando no fracasso de que não tomaremos as medidas necessárias para moralizar aquilo que tem de ser moralizado vai ter uma decepção. Nós vamos fazer tudo o que for necessário nessa direção, pois eu não tenho mais nenhuma aspiração política. A minha aspiração é cumprir com esse dever – disse Sarney, convidando a imprensa para ajudar na tarefa de identificar as “mazelas do Senado”.

Ao comentar o parecer do



Jone Araújo

Sarney determina a devolução do benefício pago por seu gabinete

advogado-geral do Senado, que considerou legal o pagamento, Sarney observou que a questão não é a legalidade, mas a repercussão que teve na opinião pública, prejudicando a imagem do Congresso Nacional.

– É errado o servidor receber hora extra sem trabalhar – declarou Sarney, que determinou o estorno aos cofres do Senado do benefício pago por seu gabinete em janeiro.

## Heráclito deve propor adoção do ponto eletrônico no Senado

O 1º secretário do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), afirmou ontem que vai propor à Mesa da Casa, ainda nesta semana, a implantação de sistema eletrônico de ponto para todos os servidores da Casa. Como a medida depende de licitação e compra de equipamentos, numa primeira fase haverá recolhimento das folhas de ponto logo após o início do expediente, as quais só voltariam às seções e gabinetes para assinatura no final do dia.

Heráclito informou que enviará ofício aos senadores para que verifiquem, com seus chefes de gabinete, se houve algum erro nos dados repassados à administração da Casa sobre horas extras cumpridas em janeiro. Caso algum chefe de gabinete corrija a informação, o servidor que recebeu o benefício sem ter trabalhado terá o valor descontado em dez parcelas, como determina a legislação.

– Temos situações diferenciadas em cada gabinete. Cada senador terá liberdade de se manifestar pelo seu gabinete. Não será a Mesa que irá tomar essas providências, até porque não quero cometer injustiça



Jonas Pereira

Heráclito: folhas de ponto serão usadas até a aquisição de equipamentos

com funcionários que trabalharam. É a única solução que podemos adotar, sem cometer injustiça e adotar providências para que sejam corrigidos procedimentos futuros.

Heráclito Fortes acrescentou que a Casa não tem como investigar se todos os 3.883 servidores cumpriram horas extras em janeiro. E ponderou que não se pode simplesmente suspender o pagamento do benefício, pois às vezes há trabalho até altas horas da noite. Além disso, ressaltou, muitos serviços funcionam 24 horas, entre eles a segurança do Senado.

## Advogado-geral do Senado diz que hora extra no recesso é legal

Heráclito Fortes, 1º secretário da Casa, informou que o relatório técnico da Advocacia Geral do Senado concluiu ser legal o pagamento de horas extras a funcionários durante o período de recesso parlamentar.

Autor do parecer, o advogado-geral, Luiz Fernando Bandeira de Mello, sugeriu a adoção do ponto eletrônico e de normas sobre horas extras no recesso.

Questionado por repórteres se algum chefe de gabinete que retificar a lista de horas extras de janeiro poderá ser responsabili-

zado, ele disse que a medida só seria possível se fosse comprovada a existência de má-fé.

Mello sustentou ainda em seu parecer que não houve ilegalidade na alteração do valor máximo que se pode pagar em hora extra (de R\$ 1.252 para R\$ 2.641). O teto, lembrou, está vinculado há mais de dez anos ao valor da função gratificada FC-6. A função tinha sofrido aumento, disse, mas o teto da hora extra não vinha acompanhando seu valor, por decisão administrativa da Casa.

Projeto de Tião Viana que vai ao exame do Plenário prevê penas de multa e de reclusão de um a quatro anos para quem fabricar, manter e vender composto químico

## Proibição do uso do DDT é aprovada em comissão

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto de lei que proíbe a fabricação, importação, exportação, manutenção de estoques, comercialização e o uso do composto químico diclorodifenilcloreto, o DDT, prevendo penas de multa e de reclusão de um a quatro anos para quem infringir a regra. O produto é hoje proibido apenas por portaria do Ministério da Saúde.

A presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), manifestou satisfação com a deliberação da proposta (PLS 416/99), lembrando que o texto original – de autoria do senador Tião Viana (PT-AC) – data de 1999. A Câmara modificou o projeto aprovado pelo Senado para flexibilizar a utilização do produto, com o que não concordaram os senadores em duas manifestações: na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na CAS. A matéria irá a Plenário.

– Essas idas e vindas são parte do sistema democrático, mas nada justifica que se levem dez anos para aprovar uma matéria. Vou trabalhar ativamente na



Márcio Kálume

Comissão de Assuntos Sociais aprova também projeto que estimula inclusão

CAS para limpar a pauta dessas propostas antigas – prometeu Rosalba Ciarlini.

O relator, Augusto Botelho (PT-RR), disse que existem alternativas mais seguras e eficientes no combate aos vetores de doenças do que o DDT, sem causar tantas ameaças às pessoas.

### Terminais eletrônicos

A CAS acatou ainda projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO) exigindo que as instituições financeiras proporcionem ajuda técnica que assegure aos deficientes visuais o acesso aos ser-

viços e aos terminais eletrônicos de atendimento, com a devida privacidade (PLS 24/08).

Em seu relatório, Flávio Arns (PT-PR) acrescentou emenda para estender a exigência para os deficientes em geral, como cadeirantes ou deficientes auditivos. Ele afirmou que a proposta “é excelente”, porque propicia a inclusão social da pessoa com deficiência, seja visual ou de locomoção. A emenda também foi aprovada e a matéria segue para exame e votação na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

## Isenção fiscal para aposentado com diabetes

Foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que isenta da cobrança do Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma os portadores do diabetes melito e da fibrose cística. A proposta segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será examinada em decisão terminativa.

O PLS 390/08 acrescenta essas duas doenças crônico-degenerativas à lista definida pela legislação federal como “passível de isenção fiscal”, em virtude dos seus graves efeitos sobre a saúde e dos vultosos gastos com tratamento e possíveis compli-

cações físicas e mentais.

Em seu relatório, Papaléo Paes (PSDB-AP) argumenta que a isenção do pagamento de Imposto de Renda sobre proventos de aposentadoria ou reforma permitirá ao contribuinte dispor de mais recursos para cuidar de sua saúde, evitando complicações e a necessidade de procedimentos terapêuticos especializados e de custo elevado.

### Requerimentos

A CAS acatou ainda requerimento de Efraim Moraes (DEM-PB) para realização de audiência pública com o ministro das Cidades, Márcio Fortes, sobre investimentos em saneamento básico. O senador se referiu a

informações de que a União devolveu ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) US\$ 57 milhões destinados a projetos de saneamento que não foram implementados em vários municípios brasileiros

Outro requerimento aprovado pelo colegiado foi o de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Paulo Paim (PT-RS) para realização de audiências públicas conjuntas com a Comissão de Assuntos Econômicos sobre a crise econômica mundial e as medidas para reduzir seus efeitos no Brasil.

Também foi aceito requerimento de audiência pública sobre a Política Nacional de Saúde Mental. A autora é a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

## Gilvam: Bolsa-Ecologia para preservar Amazônia

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu ontem projeto de lei de sua autoria que autoriza o governo federal a criar a Bolsa-Ecologia. A bolsa consistiria em um programa de transferência de renda para famílias que residem há pelos menos três anos nas proximidades de unidades de conservação e que comprovem a renda mensal de no máximo um salário mínimo. O objetivo é dar a essas famílias condições de habitar o local sem o degradar. Os recursos da bolsa seriam provenientes do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

Jefferson Praia (PDT-AM) disse, em aparte, que embora não conheça o projeto, essa é a direção para preservar a Amazônia: proporcionar meios para que as pessoas sobrevivam sem depredar.



Gerônimo Maggela

Gilvam Borges é autor de nova proposta

## Goellner sugere medidas de incentivo ao biodiesel

Preocupado com o aumento da ociosidade da capacidade instalada da planta industrial de biodiesel, Gilberto Goellner (DEM-MT) sugeriu ao governo medidas a serem adotadas para estimular a utilização dessa matriz energética. De acordo com o senador, o investimento dos produtores não tem sido compensado pela demanda, e sua situação teria piorado após a entrada no mercado da Petrobras, a quem acusou de “concorrência predatória”.

Entre as medidas sugeridas pelo senador está o aumento do percentual do biodiesel no diesel fóssil. Atualmente, esse percentual equivale a 3%. Goellner propõe que a proporção do biodiesel no diesel aumente para 5%. A previsão do governo é de que isso aconteça em 2013.



Gerônimo Maggela

Goellner: produtores estão tendo prejuízos

## Efraim critica devolução de recursos



Efraim Morais

Efraim Morais (DEM-PB) criticou a devolução ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo governo federal, de US\$ 57 milhões destinados a obras de saneamento básico, conforme matéria do jornal *O Estado de S. Paulo*. Pela manhã, o senador apresentou requerimento convidando o ministro das Cidades, Márcio Fortes, a prestar esclarecimentos sobre o assunto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O convênio com o BID, que teve início em 2004 e previa contrapartida dos estados contemplados, iria beneficiar 129 municípios brasileiros.

## Augusto: campanha por trânsito seguro



Augusto Botelho

O elevado número de acidentes de trânsito em Roraima levou Augusto Botelho (PT-RR) a pedir a conscientização em prol de um trânsito mais seguro. Segundo o diretor do Departamento de Trânsito (Detran) de Roraima, Cícero Batista, o estado é o terceiro com maior número de acidentes no Brasil por grupos de 100 mil habitantes, numa população que não ultrapassa 400 mil habitantes. Esse número de ocorrências está relacionado à grande quantidade de motocicletas, principalmente na capital, Boa Vista. Numa frota de 100 mil veículos, a metade é de motos.

# Estudantes pedem aprovação de projeto sobre cota racial

Entidades estudantis são recebidas por Sarney e por Demostenes, presidente da CCJ, que quer modificar proposta sobre reserva de vagas nas universidades e propor "cota social"

AO RECEBER REPRESENTANTES de diversas entidades estudantis em seu gabinete, Demostenes Torres (DEM-GO), presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), assegurou aos jovens que o projeto da reserva de 50% das vagas nas universidades públicas a alunos de escolas também públicas – com metade dessa cota destinada a negros, pardos e indígenas – será incluído na pauta de votação da CCJ. O senador, no entanto, manifestou sua posição contrária à proposição.

Na visão de Demostenes, o projeto (PLC 180/08) "é muito ruim" e irá "institucionalizar o racismo" no país. Ele defendeu



Demostenes (E): proposta pode "institucionalizar o racismo"

uma proposta alternativa, com a reserva de 50% das vagas das universidades públicas exclusivamente para estudantes pobres originários de escolas públicas, independentemente da etnia. Pelo projeto, metade da cota destina-se a estudantes de famílias com renda *per capita* igual ou inferior a um salário

mínimo e meio.

Para o parlamentar, muitas pessoas querem oferecer, com as cotas, "uma reparação aos negros pelo que foi feito a eles" na época da escravidão. Demostenes acredita, no entanto, que "a melhor reparação seria um tratamento igualitário". Ele destacou que a CCJ aprovou requerimento de Tasso Jereissati (PSDB-CE) para a realização de audiência sobre cotas nas universidades públicas.

O presidente do Senado, José Sarney, também recebeu ontem o grupo de jovens da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess).



O governador Wellington Dias (E) discursa na sessão especial do Senado

## Senado comemora os 186 anos da Batalha do Jenipapo

O Senado comemorou ontem os 186 anos da Batalha do Jenipapo. Com a presença do presidente da Casa, José Sarney, a sessão especial foi aberta pelo 1º secretário, Heráclito Fortes (DEM-PI). O combate travado em Campo Maior (PI), às margens do rio Jenipapo, em 13 de março de 1823, foi decisivo para a independência do Brasil, afirmou João Vicente Claudino (PTB-PI), autor da proposta de homenagem.

O 3º secretário, Mão Santa (PMDB-PI), o governador Wellington Dias e o prefeito de Campo Maior, João Félix Andrade Filho, participaram da sessão. Os oradores analisaram o papel de brasileiros do Piauí, Maranhão e Ceará naquela batalha para a garantia da integridade territorial do Brasil.

João Vicente Claudino disse que a independência foi alcançada nas províncias do Norte "com armas e sangue".

Mão Santa lembrou o papel dos piauienses na História do Brasil, desde a Batalha do Jenipapo até a resistência ao fechamento do Congresso durante a ditadura militar.

Por sua vez, Heráclito Fortes afirmou que o Brasil tem imensa dívida com aqueles milhares de homens que lutaram pela unidade do país. Caso não tivessem ocorrido os confrontos à margem do rio Jenipapo, a configuração do território brasileiro provavelmente seria bem diferente da atual, assinalou.

Já o governador Wellington Dias afirmou que a sessão em homenagem à Batalha do Jenipapo permite ao Brasil conhecer sua própria história.

Adelmir Santana (DEM-DF), Mesquita Júnior (PMDB-AC), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Aloizio Mercadante (PT-SP) também analisaram a importância daquele episódio.

Para Sarney, a batalha foi um feito extraordinário da História do Brasil: se todo o resto do país, imediatamente, aderiu à independência, piauienses e maranhenses tiveram que derramar sangue para ser brasileiros.



Ministro propõe vinculação de gasto com educação ao PIB

## Haddad solicita a Sarney pressa na votação de PEC

Recebido na manhã de ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, o ministro da Educação, Fernando Haddad, pediu pressa do Legislativo na aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 277/08) que aumenta os recursos orçamentários federais para a educação, vinculando os gastos ao produto interno bruto (PIB). A comissão especial que analisa a proposta na Câmara dos Deputados marcou para terça-feira a votação do relatório do deputado Rogério Marinho (PSB-RN). Ao sair da audiência com Sarney, Haddad elogiou o texto de Marinho e disse que o Senado precisa aprovar rapidamente a matéria assim que ela chegar da Câmara. De acordo com o ministro, Sarney prometeu acelerar a votação da PEC na Casa.

## Flávio Arns recebe representantes do CNE

O presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Flávio Arns (PT-PR), recebeu ontem a presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), Clélia Brandão, e o conselheiro da Câmara de Educação Básica, Cesar Callegari.

A visita teve por objetivo cumprimentar o senador por sua eleição para a presidência da comissão e apresentar um plano de trabalho a ser desenvolvido em parceria com a CE. Os conselheiros também convidaram o parlamentar para o primeiro debate do CNE sobre o Plano Nacional de Educação, a ser realizado no próximo dia 31.

– É um esforço muito importante de entrosamento do Senado Federal, particularmente da Comissão de Educação, com o Conselho Nacional de Educação – afirmou Flávio Arns.



Arns (C) quer entrosamento com Conselho de Educação

## Osmar Dias parabeniza PUC-PR pelos seus 50 anos de criação

Osmar Dias (PDT-PR) parabenizou a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) pelos seus 50 anos. A maior universidade privada do Paraná, explicou o senador, foi administrada pela Arquidiocese de Curitiba até 1974, quando passou a ser gerida pelos Irmãos Maristas. A instituição tem 27 mil alunos em 62 cursos de graduação e mais de 150 de pós-graduação.

## João Pedro requer investigação de ameaça contra juíza

João Pedro (PT-AM) pediu ao ministro da Justiça, Tarso Genro, que a Polícia Federal adote providências para esclarecer a ameaça de morte contra a juíza federal Jaiza Fraxe, revelada em depoimento prestado pelo ex-policial militar Moacir Jorge Pessoa, preso por tráfico de drogas. O senador ainda solicitou "providências rigorosas" à Assembleia Legislativa e à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas.

Serys festeja pesquisa que aponta confiança dos brasileiros em candidatas mulheres



Genildo Maggela

## Serys quer mais mulheres na política

Serys Silhessarenko (PT-MT) comemorou resultado de pesquisa revelando que 90% dos entrevistados votariam em mulheres para cargos públicos. Destes, 70% votariam inclusive para presidente da República.

A senadora conclamou as mulheres a entrarem para a política, preenchendo a cota de 30% que os partidos têm de reservar a elas nas disputas eleitorais, e aplaudiu a decisão do presidente Lula de transformar a Secretaria Especial das Mulheres em ministério.

ACM Júnior diz que seu estado foi o que registrou mais casos da doença este ano



Moreira Mariz

## ACM Júnior: dengue cresce na Bahia

A Bahia é, segundo a Secretaria de Vigilância em Saúde, o estado que registrou o maior número de casos de dengue no país em 2009, informou Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). De acordo com o senador, "enquanto isso, no restante do país a doença apresenta queda média de 40%".

Antonio Carlos Júnior afirmou ainda que agentes de combate a endemias têm reclamado da falta de material de trabalho.